

O Método Comparativo e a Ciência Política

Rodrigo Stumpf Gonzalez¹

Introdução

A definição do método utilizado parece ser a questão mais temida atualmente nas bancas de trabalhos de conclusão de curso e de dissertações da área de ciências sociais. É cada vez mais comum o uso de uma frase, muitas vezes descontextualizada, dizendo que "o método utilizado neste trabalho é X", para resolver o problema da definição. Questionar sobre o porquê deste enquadramento é colocar o avaliado em risco de um colapso cardíaco.

Por um lado, a discussão sobre epistemologia e método, como caminho lógico na construção do conhecimento, tem desaparecido dos currículos da graduação e dos mestrados, substituída pelas exigências de especialização dos conteúdos, pela compressão dos tempos dos cursos, priorizando-se a formação em temas específicos da área de conhecimento, em detrimento de uma formação mais geral. Por outro lado, tem sido desconsiderada por discurso crítico, que usa a acusação de "cartesianismo" como suficiente para desqualificar qualquer exigência de definição mais estrita de procedimentos lógicos de um trabalho.

Na contramão desse caminho, este trabalho procura resgatar a importância do método comparativo como uma das opções de método nas ciências sociais e na ciência política, apresentando, em linhas gerais, seus pressupostos e desenvolvimento, com a discussão de seu uso no passado recente e seus limites e possibilidades.

Método Comparativo

Buscando suas origens, o desenvolvimento da concepção de método comparativo se deve, em grande parte, ao trabalho de John Stuart Mill, *Sistema de Lógica Dedutiva e Indutiva*, de 1843.

O autor propõe, nesta obra, as regras fundamentais do que deveria ser o raciocínio lógico e científico. Em relação aos métodos de pesquisa experimental, definiu duas formas básicas, que se dividem. Segundo Mill:

Os métodos mais simples e familiares de escolher entre as circunstâncias que precedem ou seguem um fenômeno, aquelas às quais esse fenômeno está realmente ligado por uma lei invariável são dois: um consiste em comparar os diferentes casos em que o fenômeno ocorre; o outro, em comparar casos em que o fenômeno não ocorre. Esses dois métodos podem ser respectivamente denominados o método de concordância e o método de diferença. (Mill, 1984, p. 196)

¹ Doutor em Ciência Política pela UFRGS. Pesquisador Associado ao Núcleo de Pesquisas sobre a América Latina - NUPESAL/UFRGS.

Segundo o método da concordância, se uma circunstância pode ser eliminada sem alterar o fenômeno, ela não tem relação causal. Se eliminada altera o fenômeno, tem relação causal. Os casos devem concordar em um ponto, mas discordar em todos os demais.

Essas considerações vão gerar seu primeiro cânone:

Se dois ou mais casos do fenômeno objeto de investigação têm apenas uma circunstância em comum, essa circunstância única em que todos os casos concordam é a causa (ou efeito) do fenômeno. (Mill, 1984, p.198)

O método de diferença, ao contrário, busca o uso de casos idênticos, salvo em relação ao fenômeno a ser estudado. Neste caso se comparam um caso onde ele ocorre e um onde não ocorre. Gera-se o segundo cânone:

Se um caso em que o fenômeno sob investigação ocorre e um caso em que não ocorre têm todas as circunstâncias em comum, menos uma, ocorrendo esta somente no primeiro, a circunstância única em que os dois casos diferem é o efeito, ou a causa, ou uma parte indispensável da causa, do fenômeno. (Mill, 1984, p.199)

Mill concluiu que, sendo ambos os métodos de eliminação, o método da diferença é adequado para a experimentação artificial e o método da concordância deve ser empregado quando a experimentação não é possível. Apresentou ainda a possibilidade de uso conjunto da concordância e da diferença e ainda o método de resíduos, que geram o terceiro e o quarto cânone.

É de importância particular para as ciências sociais o método das variações concomitantes, a ser usado quando for impossível a eliminação ou isolamento do fenômeno por tratar-se de causa natural, permanente. Neste caso, a saída é fazer variar ou observar a variação desta causa não eliminável sobre o resultado. Temos então o quinto cânone:

Um fenômeno que varia de uma certa maneira todas as vezes que um outro fenômeno varia da mesma maneira, é ou uma causa, ou um efeito desse fenômeno, ou a ele está ligado por algum efeito de causação. (Mill, 1984, p.207).

Para Mill, no entanto, esses métodos não se aplicavam às ciências sociais.

A discussão sobre o uso do método comparativo é encontrada posteriormente em Durkheim (1987). No capítulo referente às regras relativas à administração da prova retomará os cânones de Mill, afirmando:

Não temos senão um meio de demonstrar que um fenômeno é causa de outro, é comparar os casos em que estão simultaneamente presentes ou ausentes, procurando ver se as variações que apresentam nestas diferentes combinações de circunstâncias testemunham que um depende do outro. Quando podem ser produzidos artificialmente à vontade do observador, o método de verificação é a experimentação propriamente dita. Quando, pelo contrário, a produção dos fatos não está ao nosso alcance e não obtemos senão tais quais se produziram espontaneamente, o método a empregar é o da experimentação indireta, ou método comparativo. (Durkheim, 1987, p.109).

Na verdade, temos aí descrito, de forma sintética, os métodos da semelhança e da diferença de Mill - "comparar os casos em que estão simultaneamente presentes ou ausentes". O método de experimentação indireta, "quando a produção dos fatos não está a nosso alcance", corresponde à situação em que Mill propõe o método das variações concomitantes.

Discordando de Mill, Durkheim entende que o método comparativo é aplicável às ciências sociais, mas o único que apresenta maior utilidade é o método das variações concomitantes, pois é muito difícil encontrar fenômenos sociais em que as semelhanças ou diferenças sejam de um único ponto.

Entre as vantagens do método das variações concomitantes estaria não necessitar de um número extenso de casos para ser utilizado. Irá, por fim, afirmar que a sociologia comparativa identifica-se com a própria sociologia, não sendo apenas uma parte desta.

Esta afirmação seria contestada no futuro por autores que veem no método comparativo uma alternativa em relação a outros métodos que podem ser empregados nas ciências sociais. Sua utilização do método comparativo em sua obra *O suicídio* é considerada por vários autores um modelo.

Uma outra forma de comparação é realizada por Weber (1974; 1994), em seu estudo sobre as religiões, quando afirma:

Os trabalhos subseqüentes, sobre a Ética Econômica das Religiões Mundiais, tentam, através de uma observação geral das relações entre as mais importantes religiões culturais com a economia e a estrutura social de seu contexto, destacar as duas relações causais, até onde for necessário para achar pontos de comparação com o subseqüente desenvolvimento ocidental[...] Estes estudos, portanto, não pretendem ser análises completas das culturas, mesmo que breves. Pelo contrário, eles procuram destacar, propositadamente em cada cultura aqueles aspectos nos quais diferia e difere da civilização ocidental. (Weber, 1994, p.12)

O tipo de comparação feita por Weber é incluído por alguns no campo histórico ou, na nomenclatura de Ragin e Zaret, "*case-oriented*"². O uso de tipos ideais, como conceitos gerais, segundo Gerth; Mills (1974) são os instrumentos de Weber para realizar a comparação.

Método Comparativo na Ciência Política

De uma maneira menos precisa que a proposta por Mill, o uso da comparação como método de estudo na política remonta ao trabalho de Aristóteles e seu elenco das formas de governo. O desenvolvimento desta tradição origina a produção moderna de instituições comparadas, largamente influenciada pelo campo do Direito.

Na verdade, estas obras normalmente fazem a caracterização das instituições políticas de vários países, colocando-as lado a lado dentro do mesmo texto. Segundo a análise de Hardgrave; Bill (1973), o que intitulam de estudo tradicional de política comparada possui seis características negativas: configurações descritivas, legalismo

² RAGIN C.; ZARET, D. "Theory and Method in Comparative Research: Two Strategies." In: *Social Forces*. V. LXI, p. 731-754, 1983, apud Panebianco, 1994, p 98.

formal, paroquialismo, conservadorismo, ênfases não teóricas e insensibilidade metodológica. Uma nova visão metodológica buscou romper essas barreiras.

A crítica ao modelo de estudo de "Governos Comparados", agregada a outros fatores, começou a mudar a forma de se fazer política comparada, a partir do final dos anos 50 do século XX. A conjuntura internacional provocou a necessidade, principalmente dos Estados Unidos, de conhecer melhor a política de outros países. As análises de comparação institucional normalmente preocupavam-se com o estudo dos Estados Unidos e alguns países da Europa Ocidental, principalmente França, Alemanha e Reino Unido. Os estudos preocupavam-se com a política formal – partidos, parlamentos, gabinetes, etc.

A insuficiência conceitual desses estudos para dar conta da realidade de países da América Latina, África e Ásia auxiliou o crescimento das análises baseadas no estrutural-funcionalismo e na teoria dos sistemas, que tem maior maleabilidade para análise das relações políticas extrainstitucionais.

A necessidade política de aumentar o conhecimento norte-americano colaborou na existência de financiamento abundante para as pesquisas feitas no exterior. Este fato contribui no desenvolvimento que política comparada vem a ser o estudo de países que não os Estados Unidos.

Os estudos de governos comparados foram substituídos por outras metodologias. A comparação passou a ser abordada, por diversos autores, como um método ao lado de outros, diferindo, neste ponto, de clássicos como John Stuart Mill e Durkheim.

A contribuição de autores, como Almond, Apter, Riggs e outros, é contestada, no entanto, por Holt e Turner (1972). Para estes autores, o que foi enfatizado foi a pesquisa empírica de teorias. Segundo os autores, "they are comparativists in the sense that their theories are applied to more than one political system" (Holt; Turner, 1982, p.5)

A preocupação destes autores é a falta de uso mais acurado do método comparativo. Para Holt e Turner:

In anthropology and in at least a part of sociological tradition, the comparative refers not to a substantive field, but to a method of research and analysis. But in political science few studies in comparative politics have employed the comparative method, as envisaged and used, for example, by Durkheim, Nadel, and Murdock. (Holt; Turner, 1972, p.5)

Crítica semelhante faz Sartori (1994) ao identificar um caráter ainda paroquialista, em especial dos comparativistas norte-americanos, que são assim considerados somente porque estudam outros países que não os Estados Unidos.

A política comparada, no entanto, mesmo com dificuldades, acabou sobrevivendo identificada mais pelo seu método (comparativo) do que pelo seu conteúdo (estudo comparado de diferentes países). Mas o método comparativo não é exclusivo da ciência política nem é o único a ser utilizado por ela.

Seu desenvolvimento é analisado, a seguir, a partir de suas bases, colocadas em autores como John Stuart Mill, Émile Durkheim e Max Weber, particularmente a partir

do final dos anos 60 do século XX. Por fim, são discutidas algumas das dificuldades do uso do método comparativo, apontadas pelos diversos autores.

Os autores analisados acima utilizavam a comparação como um método geral aplicável à ciência ou às ciências sociais. Nos anos 60, a comparação passa a ser incluída, por vários autores, como um dos métodos aplicáveis.

Em sua análise, Smelser (1968) identificou três métodos: o experimental, o estatístico e o comparativo. Sua diferença se dá no tratamento dado a parâmetros e variáveis operativas. Para que seja possível determinar a diferença entre variáveis independentes, dependentes e intervenientes:

One of the most fundamental ways of organizing conditions is found in the distinction between conditions treated as parameters and conditions treated as operative variables. Parameters are conditions that are known or suspected to influence the dependent variable, but which, in the investigation at hand, are made or assumed not to vary. Operative variables are conditions that are known or suspected to influence the dependent variable and which, in the investigation, are made or allowed to vary in order to assess this influence. (Smelser, 1968, p.151)

O uso do método experimental consiste em manipular diretamente a situação para criar parâmetros e variáveis operativas. O método estatístico busca o mesmo objetivo do método experimental, de transformar condições operativas em parâmetros. Sua diferença em relação ao método experimental é que o alcançaria através de manipulação conceitual, pelo uso da matemática.

O método comparativo, neste caso, tem o mesmo objetivo, mas é adequado quando os dados não podem ser controlados experimentalmente e o número de casos é pequeno. Exemplifica com o uso de Durkheim em sua pesquisa sobre o suicídio e a de Weber sobre a Sociologia das Religiões.

It takes cognizance of the variability in sociocultural context but attempts to control it by the method of systematic illustration, and by continuous transformation of parameters into operative variables and vice versa. (Smelser, 1968, p.153)

Identificam-se duas formas do método comparativo: a comparação de casos similares e o método de replicação em diferentes níveis para o estabelecimento de descobertas comparativas.

Em estudo posterior, Lijphart (1971) retoma a proposição de Smelser da identificação dos três métodos. Acrescentará referências ao método de estudo de caso. O objetivo dado é a explicação científica e, segundo o autor:

All three methods (as well as certain forms of the case study method) aim at scientific explanation, which consists of two basic elements: (1) the establishment of general empirical relationships among two or more variables while (2) all other variables are controlled, that is, held constant. (Lijphart, 1971, p. 683)

A lógica dos métodos é a mesma do método experimental. A única diferenciação entre o método estatístico e o comparativo seria o número de casos, não havendo uma clara linha de divisão entre eles. O método comparativo é o substituto

possível e imperfeito para o método experimental nas ciências sociais. A impossibilidade de uso extenso de casos afastaria na maior parte das vezes o uso do método estatístico.

Uma outra apresentação do método comparativo é dada por Przeworski e Teune (1970). Os autores diferenciam duas estratégias comparativas. A primeira, baseada no princípio das variações concomitantes, é denominada de desenho dos sistemas mais similares ("most similar systems")

Intersystemic similarities and intersystemic differences are the focus of the "most similar systems" design. Systems constitute the original level of analysis, and within-system variations are explained in terms of systemic factors. Although these designs rarely have been formulated rigorously, their logic is fairly clear. Common systemic characteristics are conceived as "controlled for", whereas intersystemic differences are viewed as explanatory variables. (Przeworski; Teune, 1970, p. 33)

Como apontam os autores, neste caso parte-se do nível de sistemas por inteiro, utilizando-se sistemas que sejam os mais idênticos possíveis em todas as características. As características comuns são consideradas variáveis controladas, enquanto as diferenças são as variáveis explicativas.

Trata-se de uma forma de estudo de variação concomitante, o que se enquadraria nos conceitos de Mill de método da diferença e método da variação concomitante. Uma vez escolhido o nível de análise, este não pode ser mudado.

A segunda metodologia de pesquisa identificada pelos autores é a dos sistemas mais diferentes "most different systems". Neste caso, a unidade de análise serão amostras de sistemas diferentes. Pressupõe-se que os fatores sistêmicos não explicam a variação e que as populações são homogêneas. O objetivo é eliminar fatores sistêmicos que são irrelevantes para explicar a variação.

The alternative strategy takes as the starting point the variation of the observed behavior at a level lower than that of systems. Most often this will be the level of individual actors, but can be the level of groups, local communities, social classes or occupations. [...] The initial assumption is that individuals were drawn from the same population; in other words, that systemic factors do not play any role in explaining the observed behavior. (Przeworski; Teune, 1970, p.34-35).

Neste caso, é possível utilizar mais de um nível de análise. Partindo do nível individual, podem ser feitas análises em níveis de subsistemas ou sistemas.³ Enquanto as análises forem válidas sem considerar fatores sistêmicos, são válidas. Caso algum fator sistêmico intervenha, este nível de análise deve ser considerado. Essa estratégia identifica-se com o método da concordância de Mill.

Por outro lado, Ragin & Zaret,⁴ citados por Panebianco (1994), identificam dois tipos diferenciados de comparação: o primeiro, o estatístico, que seria baseado em

³ Sartori discorda da necessidade de considerar diferentes níveis para o uso dessa estratégia de comparação.

⁴ RAGIN C.; ZARET, D. op.cit., apud Panebianco, 1994.

variáveis e buscaria comparar hipóteses de alcance geral. Identifica-se com o modelo de *O Suicídio*, de Durkheim, também citado por Smelser (1968) e Lijphart (1971).

O segundo, o histórico, está baseado em casos. Este buscaria a comparação pela lógica da semelhança e da diferença e se identificaria com a tradição weberiana. Entretanto, Bartolini (1994) manifesta sua contrariedade com as conclusões de Ragin e Zaret acerca da contraposição e uso dos tipos de comparação.

Com uma postura crítica em relação aos comparativistas tradicionais, como já apontado, Holt e Turner (1972) encontram no método comparativo uma forma de testar hipóteses, na busca de teorias mais gerais e válidas. Para a utilização correta do método, segundo os autores:

Basically, three ways of doing this are open to the researcher. The background variables can be controlled by randomization, by specification, or by some combination of these two. (Holt; Turner, 1972, p.8)

A randomização é identificada com o uso da estatística e o método da especificação adota como modelo a metodologia weberiana do estudo da ética protestante.

Em texto mais recente, Sartori (1994) identifica o método comparativo como uma especialização do método científico em geral, identificando quatro técnicas de verificação utilizáveis nas ciências humanas: os métodos experimental, estatístico, comparado e histórico.

Para o autor, comparar implica fundamentalmente encontrar semelhanças e diferenças, o que pode ser feito pelo uso da classificação, na qual as categorias devem ser mutuamente excludentes. As estratégias comparativas são escolher os sistemas mais semelhantes ou os sistemas mais diferentes.

A divisão de tipos de comparação, feita por Charles Tilly, citada por Smith (1995), identifica diferenças na finalidade mais que de método. Para Tilly, podem ser identificados quatro tipos de comparação: individualizantes, universalizantes, "variation-finding" e englobantes. Para sua aplicação pode ser, no entanto, utilizada, de forma combinada, tanto a estratégia da maximização das semelhanças como a das diferenças.

As diferentes abordagens da comparação

Os diversos autores que discutem o uso do método comparativo frequentemente usam linguagens diferentes para expor o mesmo conteúdo. As discordâncias, por outro lado, vão desde diferenças básicas epistemológicas, como de conceituação de ciência e dos objetivos da pesquisa científica, levando a divergências sobre os objetivos do uso do método comparativo.

Por exemplo, para Przeworski e Teune (1970), deve ser a busca de explicações. Sartori (1994) defende o ponto de vista do uso como método de controle, o que também é referido por Morlino (1994).

A relação entre método comparativo e método estatístico tampouco é pacífica. Para Lijphart (1971), o método comparativo seria uma saída para a impossibilidade de utilização do método estatístico. Peter Smith (1995) coloca em dúvida a preferência do

uso da estatística, lembrando que, em algumas situações, a opção qualitativa pode ser mais interessante.

Abstraindo das divergências sobre o emprego do método comparativo, podemos encontrar alguns pontos em comum. De forma simplificada, podem-se dispor os autores analisados no seguinte quadro, que aponta alguns dos pontos convergentes:

Quadro 1
Estratégias de Comparação

Autor	estratégia I	estratégia II
Mill	Diferença	Concordância
	Durkheim	Weber
Ragin e Zaret	estatístico	histórico
	variable-oriented	case-oriented
Przeworski e Teune	MDS	MSS
	quantitativo	qualitativo
Holt e Turner	randomização	especificação

A base da comparação ainda é a desenvolvida por John Stuart Mill. Neste sentido, as diversas classificações do método comparativo são, em geral, baseadas no método das semelhanças, com ênfase na opção pela sua variante, o método das variações concomitantes, por um lado, e o das diferenças, por outro.

Problemas do uso do método comparativo

Em seu artigo, Lijphart (1971) aponta algumas limitações do método comparativo, que o tornariam limitado em relação ao método experimental ou ao método estatístico.

Seu principal problema seria a relação entre muitas variáveis e "N" pequeno, isto é, poucos países a serem considerados, diante de muitas variáveis, tornando impossível o uso de estatística, por exemplo.

As saídas propostas pelo autor são:

a) aumentar o número de casos tanto quanto possível. Neste caso, uma das possibilidades é o uso de conceitos de base funcional como os desenvolvidos por Almond e Powell (1972). Esta ampliação conceitual, no entanto, sofreu críticas de autores como Badie e Hermet (1993) e Sartori (1970; 1994).

b) reduzir o "espaço de propriedades" da análise: usando técnicas avançadas, como a análise fatorial, diminuir, por exemplo, o número de classe em que é dividida uma variável;

c) focar a análise comparativa em casos comparáveis: seria adotar os pressupostos do método da variação concomitante de Mill ou o que Przeworski e Teune

chamam de “Most Similar System” ou adotar a perspectiva de comparação por área, como a América Latina, por exemplo, que maximizaria a semelhança entre sistemas;

d) focar a análise em variáveis-chave: o uso de parcimônia na escolha das variáveis consideradas relevantes, compreendendo ser impossível utilizar todas as variáveis envolvidas, devendo ser escolhidas as teoricamente mais importantes.

Um enfoque diferenciado do método comparativo é desenvolvido por Sartori (1970), que observa um uso inadequado da quantificação, pela transformação de conceitos em variáveis. Isto se dá pelo uso de conceitos que podem originar classificações, em variáveis, analisadas como um *continuum* que permite gradação e medição. Segundo ele, é preciso primeiro definir adequadamente os conceitos, desenvolver categorias para, então, pensar na possibilidade de criar gradações.

Algumas formas de mau uso do método comparado são identificadas por Sartori (1970 e 1994): o paroquialismo, o mau uso da classificação, do gradualismo e do estiramento conceitual.

O nível de análise

A tradição da política comparada era da análise configurativa de diferentes países, considerados em sua estrutura institucional. As estratégias desenvolvidas a partir dos anos 50, com base em métodos quantitativos, com a expansão do *survey* como instrumento de coleta de dados e conceitos funcionalistas, mudaram este panorama, mantendo, no entanto, o nível de sistemas políticos como um todo como unidade privilegiada de análise.

No entanto, já neste período, a discussão da política comparada como método, e não como conteúdo, dava mostras de ampliar estas fronteiras.

Smelser, ao discutir o método comparativo aplicado ao campo da economia, aponta que em determinados momentos a escolha do nível intrassistêmico pode ser mais adequado do que o intersistêmico, citando o exemplo da comparação entre Alemanha e Itália ou entre regiões alemãs e regiões italianas entre si. É exatamente o exemplo de Smelser que Lijphart utiliza, ao discutir as dificuldades encontradas pelo método comparativo. Cita ainda Juan Linz e Miguel:

The comparison of these sectors of two societies that have a greater number of characteristics in common while differing on some crucial ones may be more fruitful than overall national comparisons. (Linz; Miguel, 1966, apud Lijphart, 1971, p.268)⁵

A discussão sobre níveis sistêmicos diferenciados também é apresentada por Przeworski e Teune (1970). Em relação ao método da variação concomitante, identificam que predominantemente é utilizado ao nível de sistemas. Mas admitem que a conceituação de sistema pode variar:

Enumeration in terms of national social or political systems or cultures is only one of the many possible ways of conceptualizing systems as units of analysis

⁵ LINZ, Juan; MIGUEL, Amando de. "Within Nation Differences and Comparisons: The Eight Spains." In: MERRIT; ROKKAN (Eds.) *Comparing Nations: The Use of Quantitative Data in Cross-National Research*. New Haven: Yale University Press, 1966, apud Lijphart, 1971. p. 268.

in any theory. One could design research at the level of American states, Finish regions, Peruvian villages, Northern Californian tribes, and so forth. (Przeworski; Teune, 1970, p.36)

A utilização do método da maximização das diferenças também permite o uso de diferentes níveis de análise. Embora baseado normalmente em amostras de indivíduos, a análise pode se dar no nível individual ou em diferentes níveis sistêmicos, como no caso de estudo de lideranças locais, de uma amostra de comunidades, que poderia ser analisada nos níveis individual ou de comunidade.

A visão da comparação como uso do método comparativo, podendo ter como objeto uma pluralidade de estados ou partes de um único estado, também é compartilhada por Holt e Turner, ao afirmar:

In principle, there is no difference between comparative cross-cultural research and research conducted within a single society. The differences lie, rather, in the magnitude of certain types of problems that have to be faced. (Holt; Turner, 1972, p.6)

Discutindo a necessidade de adaptação à conjuntura atual das estratégias de comparação, Menendez-Carrión e Bustamante defendem a revisão da estratégia baseada em áreas definidas geograficamente para os autores:

Thus it will be increasingly important to carry out local and community-level studies, as well as urban and micro-regional studies, since the latter are specially affected by global changes in an increasingly differentiated and heterogeneous manner. Many international links no longer involve the nation-state as chief protagonist; rather, they tie directly in to local networks without regard for state frontiers. (Menendez-Carrión; Bustamante, 1995, p.65)

Embora defendendo níveis diferenciados de análise, fugindo da mera comparação entre sistemas como um todo, não fica clara no texto a consideração da possibilidade do uso do método comparativo dentro de um único país. Os exemplos citados de comparações de nível subnacional, como o de comunidades, contemplam o caráter internacional, mantendo a visão tradicional da política comparada.

A defesa de comparações tendo por objeto partes do sistema político, ao contrário de tomá-lo como um todo, já fora igualmente desenvolvida por La Palombara (1972), que via nesta estratégia melhores condições de operacionalização das pesquisas, e realizadas pelo próprio autor (La Palombara, 1982).

Uma das dificuldades para o uso do método é encontrada nos estudos relativos às transições democráticas da Europa e da América Latina, que tiveram grande destaque nas décadas de 80 e 90 do século XX. Esses estudos eram, em geral, constituídos de análises individualizadas de diversos países, desenvolvidas por diferentes autores, agregadas à construção de um quadro comparativo por parte de autores comparatistas.

Mantendo os diferentes países como unidades básicas de análise, provavelmente é nos estudos de cultura política que o uso da comparação tenha se difundido mais nas últimas décadas.

A partir dos estudos e do quadro teórico proposto por Almond e Verba (1989), o uso de *surveys* se difundiu na coleta de dados, com o uso de amostras de indivíduos para representar países como agregado. Hoje há inúmeras experiências de *surveys*

realizados concomitantemente em múltiplos países, com instrumentos homólogos, com o objetivo de comparação como o Eurobarômetro, o Latinobarômetro e a Pesquisa Mundial de Valores (World Values Survey ou VWS).

Esses levantamentos são realizados periodicamente, constituindo bancos de dados que permitem análises comparativas entre populações de diferentes países ou em um único país, em perspectiva diacrônica, verificando mudanças de comportamento ao longo do tempo.

A experiência mais ousada é, provavelmente, a do World Values Survey⁶, coordenado por Ronald Inglehart, da Universidade de Michigan. Essa pesquisa é realizada a cada cinco anos há mais de duas décadas, contando hoje com mais de 80 países em seu banco de dados. O Brasil é um dos países incluídos, tendo a última onda do *survey* sido realizada pela Universidade de Brasília.

Conclusão

Embora o método comparativo na ciência política e a política comparada possam ser considerados sinônimos, nem sempre os termos são usados assim. A política comparada certamente mudou muito desde a justaposição de estudos configurativos institucionais. Através da contribuição dos diversos autores analisados neste texto vemos que a visão da política comparada, tendo como objeto o que se encontra "abroad", foi substituída pela concepção de método comparativo. Neste sentido, a política comparada deixa de ser identificada pelo seu objeto, mas sim pelo seu método.

No entanto, como outros ramos da ciência política, esta é uma área claramente não paradigmática. Se há alguma concordância, ela se encontra nas classificações dos métodos de pesquisa científica e numa certa proximidade na divisão das estratégias de comparação.

Por outro lado, abundam as divergências. Algumas destas podem ser encontradas quanto à concepção de ciência e aos objetivos da comparação ou ainda a utilidade do estudo de caso na política comparada. Estratégias quantitativas ainda são frequentemente contrapostas às qualitativas. Os funcionalistas e os sistêmicos, aparentemente predominantes, também recebem duras críticas.

A política comparada parece, entretanto, libertada das amarras da conjuntura da guerra fria bem como se afastando do paroquialismo anglo-saxão, em especial o norte-americano, como o desenvolvimento de obras de comparativistas nos países vistos por aqueles como objeto de pesquisa.

Por outro lado, é importante considerar a conexão entre método e quadro teórico. Embora a precisão metodológica seja imprescindível para a construção de um bom trabalho, os limites de sua capacidade explicativa sempre estarão dados pela teoria utilizada na análise dos dados. Boas teorias sem dados e sem um método adequado se fragilizam, porém a abundância de dados, variáveis e resultados de pacotes estatísticos é

⁶ www.worldvaluessurvey.org

inútil sem um corpo teórico que lhe dê sentido. Essa integração continua sendo um dos desafios da construção de conhecimento.

Referências Bibliográficas

- ALMOND, Gabriel A.; POWELL, G. Bingham. *Uma teoria de política comparada*. Rio de Janeiro: Zahar, 1972.
- ALMOND, Gabriel A.; VERBA, Sidney. *The civic culture: Political attitudes and democracy in five nations*. Newbury Park: Sage, 1989
- BADIE, Bertrand; HERMET, Guy. *Política comparada*. México: Fondo de Cultura, 1993.
- BILL, James A.; HARDGRAVE JR., Robert L. *Comparative politics: the quest for theory*. Columbus; Charles Merrill Rd., 1973.
- BARTOLINI, Stefano. “Tiempo y investigación comparativa.” In: SARTORI, Giovanni; MORLINO, Leonardo (Comp.) *La comparación en las ciencias sociales*. Madrid: Alianza Editorial, 1994. p. 105-150.
- COLLIER, David. “El método comparativo: dos décadas de cambios.” In: SARTORI, Giovanni; MORLINO, Leonardo (Comp.) *La comparación en las ciencias sociales*. Madrid: Alianza Editorial, 1994, p. 51 - 80.
- DURKHEIM, Émile. *As regras do método sociológico*. São Paulo: Cia. Ed. Nacional, 1987.
- GERTH, Hans; MILLS, C. Wright. “Weber - o homem e a obra.” In: WEBER, Max. *Ensaio de sociologia*. Rio de Janeiro: Zahar, 1974, p. 15-96.
- HOLT, Robert. T.; TURNER, John E. *The methodology of comparative research*. New York: Free Press, 1972.
- LAPALOMBARA, Joseph. *A política no interior das nações*. Brasília: Ed. UnB, 1982.
- LA PALOMBARA, Joseph. “Parsimony and empiricism in comparative politics: an anti-scholastic view.” In: HOLT, Robert. T.; TURNER, John E. *The methodology of comparative research*. New York: Free Press, 1972, p. 123-149
- LIJPHART, Arend. “Comparative politics and the comparative method.” *American Political Science Review*. V. 65, 1971, p. 6682 - 6693
- MENÉNDEZ-CARRIÓN, Amparo; BUSTAMANTE, Fernando. “Purposes and methods of intraregional comparison.” In: SMITH, Peter H.(Ed.) *Latin America in comparative perspective: new approaches to methods and analysis*. Boulder: Westview Press Inc., 1995, p. 59 - 80.
- MILL, John Stuart. *Sistema de lógica dedutiva e indutiva*. São Paulo: Abril Cultural, 1984 (Coleção Os Pensadores).

- MORLINO Leonardo. “Problemas y opciones en la comparación.” In: SARTORI, Giovanni; MORLINO, Leonardo (Comp.) *La comparación en las ciencias sociales*. Madrid: Alianza Editorial, 1994, p. 13 - 29.
- PANEBIANCO, Angelo. “Comparación y explicación.” In: SARTORI, Giovanni; MORLINO, Leonardo (Comp.) *La comparación en las ciencias sociales*. Madrid: Alianza Editorial, 1994, p. 81-104.
- PRZEWORSKI, Adam; TEUNE, Henry. *Logic of comparative social inquiry*. Minnesota: John Wiley & Sons, Inc., 1970.
- SARTORI, Giovanni. “Concept misformation in comparative politics.” *American Political Science Review*. V. LXIV, n. 4, Dec. 1970, p. 1033 - 1053.
- SARTORI, Giovanni. “Comparación y método comparativo.” In: SARTORI, Giovanni; MORLINO, Leonardo (Comp.) *La comparación en las ciencias sociales*. Madrid: Alianza Editorial, 1994, p. 29 - 50.
- SMELSER, Neil J. “Comparative analysis of economic activity.” In: *The social sciences: problems and orientations*. Paris: Mouton/UNESCO, 1968, p. 145 – 159.
- SMITH, Peter H. “The changing agenda for social science research on Latin America.” In: SMITH, Peter H.(Ed.) *Latin America in comparative perspective: new approaches to methods and analysis*. Boulder: Westview Press Inc., 1995, p. 1 - 30.
- WEBER, Max. *A ética protestante e o espírito do capitalismo*. São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 1994.
- WEBER, Max. *Ensaio de sociologia*. Rio de Janeiro: Zahar, 1974.